ENTREVISTA

Presidente do Conselho Federal da OAB

Ophir Cavalcante

Parceria para combater o trabalho escravo no Brasil

PÁGINA 7

Ano VII nº 74 – JULHO – 2012

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

ANPT participa de audiências públicas realizadas pela Comissão de Direitos Humanos do Senado

Foto: Ascom/ANPT

A entidade participou, ao longo do primeiro semestre, de diversos debates promovidos pela Comissão, abordando temas relacionados à atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho. No dia 12 de julho, foi realizado um balanço das atividades da CDH.

PÁGINA 3

Foto: Ascom/ANPT

Terceirização e proposições legislativas são temas de reunião

Encontro entre a Secretaria de Reforma do Judiciário e a ANPT estreita parceria entre as instituições e prevê a elaboração de um 2º diagnóstico do MP, com apoio da entidade.

PÁGINA 3

PROCESSO ELETRÔNICO

Associação discute período de transição com OAB

Página 4

24º ENPT

Inscrições podem ser feitas até o dia 31/8

Página 8

Caro associado,

No último mês, a ANPT intensificou ainda mais o seu trabalho visando à recomposição do valor dos subsídios, tendo continuado as tentativas, de forma enfática, pela inclusão, no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2013, de emenda que garantisse os recursos necessários a tal recomposição e, assim, viabilizasse a aprovação dos PLs 7753/2010 e 2198/2010, que tratam, como é cediço, da reposição das perdas inflacionárias do valor dos subsídios do procurador- geral da República e, por conseguinte, dos membros do MPU.

Para isso, foram realizadas diversas reuniões com parlamentares e consultores de orçamento, tanto da câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, inclusive com o relator do projeto da LDO, senador Antônio Carlos Valadares, após se ter articulado, com sucesso, a apresentação da emenda necessária por parte da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara.

Não se logrou, contudo, o êxito pretendido e incessantemente buscado, tendo em vista o forte trabalho de articulação em sentido contrário desenvolvido pela chamada "base do Governo" no Congresso Nacional. A ANPT, em parceria com outras entidades que compõem a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (Frentas), ainda buscou apoio de parlamentares para apresentar destaques que vieram a ser apreciados na Comissão Mista de Orçamento (CMO), porém sem que fossem aprovados.

O trabalho de articulação continua intenso, já estando pautada para os próximos dias, inclusive, reunião conjunta do Colégio de Delegados da ANPT com a Diretoria da entidade justamente para aprofundar o debate acerca de novas estratégias a serem adotadas.

No período, a Associação esteve presente, também, em sessão da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal na qual fora feita uma avaliação dos inúmeros debates travados naquela Comissão ao longo do primeiro semestre.

Ainda no mês de julho, debatemos, no âmbito de Comitê Interinstitucional instituído em Brasília, sobre medidas de prevenção contra acidentes de trabalho. Reunimo-nos, também, com o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Filgueiras Cavalcante Junior (que é o entrevistado desta edição), para discutir, dentre outros relevantes temas, possíveis problemas – buscando encontrar as necessárias soluções – envolvendo a fase de transição do processo de papel para o processo eletrônico.

Importante lembrar que já estamos com as inscrições abertas para o 24º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT), que acontecerá em Natal (RN) entre os dias 4 e 7 de outubro. A significativa presença dos associados da ANPT conferirá, certamente, especial relevância ao evento. Não deixe de participar!

Boa leitura!

Diretoria da ANPT.

CURTAS

Procurador-chefe do MPT em MG visita ANPT

O procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT) em Minas Gerais, Helder Santos Amorim, esteve reunido no dia 12 de julho com o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, na sede da entidade, em Brasília. Além de uma visita de cortesia, o procurador discutiu diversos assuntos de interesse da categoria.

XVI Encontro Sul-Brasileiro de Procuradores do Trabalho

Será realizado, entre os dias 29 e 31 de agosto, o XVI Encontro Sul-Brasileiro de Procuradores do Trabalho, promovido pela Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) do Paraná, com o apoio da ANPT. A entidade sorteou vagas para associados participarem do evento, com as despesas de hospedagem e transporte pagas pela Associação. O tema central do encontro deste ano é "O trabalho do estrangeiro, do fronteiriço e a atuação do Ministério Público do Trabalho".

Entre os assuntos debatidos durante o evento estão a disciplina do trabalho estrangeiro no Brasil, as questões do trabalho na fronteira, o aliciamento de trabalhadores no estrangeiro, o trabalho em condições análogas às de escravo e a parceirização jurisdicional. No último dia do Encontro, será realizada uma visita técnica à usina hidrelétrica de Itaipu.

EXPEDIENTE **Diretoria ANPT - Biênio 2012/2014**

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
PRESIDÊNCIA

Daniela de Morais do Monte Varandas
VICE-PRESIDÊNCIA

Fabiano Holz Beserra
SECRETARIA-GERAL

Ângelo Fabiano Farias da Costa
DIRETORIA FINANCEIRA

Fábio Goulart Villela
DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

José Cláudio Monteiro de Brito Filho
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Alberto Bastos Balazeiro
DIRETORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Alice Nair Feiber Sonego Borner
DIRETORIA DE ASSUNTOS SOCIAIS E DE EVENTOS

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Marcelo Adriano da Silva
DIRETORIA

Renata Aparecida Crema Botasso
DIRETORIA

Cândice Gabriela Arósio
DIRETORIA

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.700 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br,
Site: www.anpt.org.br , Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

ANPT participa do balanço de atividades da Comissão de Direitos Humanos do Senado

Foi realizada no dia 12 de julho sessão da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, sob a presidência do senador Paulo Paim (PT/RS), oportunidade na qual se fez um balanço das audiências públicas realizadas no primeiro semestre do ano. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da sessão, ocasião em que ressaltou a relevância das discussões travadas naquela Comissão, bem como a pertinência desses debates com a atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Foto: Ascom/ANPT

ANPT participou de diversas audiências da CDH

Azevedo Lima informou ser uma honra para a entidade participar dos debates promovidos pela Comissão, principalmente porque os temas discutidos são importantes não apenas para quem atua na área dos direitos sociais, mas, também, para a sociedade como um todo. "As questões que são rotineiramente debatidas aqui na CDH têm relação umbilical com a atuação dos membros do MPT, os quais combatem de maneira enfática as fraudes trabalhistas em suas mais variadas modalidades", enfatizou.

O procurador elogiou a iniciativa da Comissão de, já no início do segundo semestre, promover audiências públicas para tratar de proposições legislativas em trâmite no Congresso Nacional que têm, segundo afirmou o presidente da Associação, "um viés nitidamente precarizante", tal como se dá com o Projeto de Lei (PL) 4.330/2004, que visa a regularizar a terceirização, além do PL 951/11, de autoria do deputado Júlio Delgado (PSB-MG), que cria o Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal, também conhecido como "simples trabalhista". Sobre o assunto, o presidente da ANPT foi incisivo ao afirmar que "não se pode permitir que se criem trabalhadores de segunda ou terceira categorias, que, com base no texto do referido projeto, passam a ter seus direitos aviltados com respaldo na própria legislação", afirmou.

O representante da ANPT apresentou, ainda, sugestão, prontamente aceita pelo senador Paulo Paim, no sentido de se realizar audiência pública para tratar da questão do trabalho infantil, com ênfase à situação referente à exploração sexual de crianças e adolescentes, reconhecida pelo ordenamento jurídico brasileiro, inclusive por convenção internacional da qual o país é signatário, como uma das piores formas de trabalho infantil.

Temas de interesse dos membros do MPT são discutidos com a Secretaria de Reforma do Judiciário

Com o objetivo de estreitar ainda mais os laços entre a ANPT e a Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), o presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, a vice-presidente, Daniela Varandas, e o diretor financeiro da Associação, Ângelo Fabiano Farias da Costa, estiveram reunidos no dia 24 de julho com o secretário da SRJ, Flávio Crocce Caetano. O encontro possibilitou a discussão de diversos temas de interesse da categoria, a exemplo da questão da terceirização e das proposições legislativas em trâmite no Congresso Nacional acerca da temática.

Foto: Ascom/ANPT

Entidade foi convidada a integrar o grupo responsável pela realização do 2º diagóstico do MP

O presidente da ANPT ressaltou a preocupação da entidade em relação ao assunto, e enfatizou a existência de nota técnica produzida pela Associação, em relação à qual houve adesão da Comissão instituída no âmbito do Ministério da Justiça, com participação de representantes do Ministério Público, da advocacia e da magistratura trabalhista, dentre estes ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Nessa mesma linha, o Secretário de Reforma do Judiciário falou sobre o intuito de se criar uma nova versão da referida Comissão no âmbito do Ministério de Justiça, já tendo, de antemão, ressaltado a relevância da participação da ANPT, a qual, segundo ele, deverá integrar o grupo.

Flávio Crocce falou, também, sobre a previsão de se elaborar um 2º Diagnóstico do Ministério Público e, nesse sentido, já convidou a ANPT para compor o grupo de trabalho que elaborará o estudo que servirá de base para tal diagnóstico. A vice-presidente da ANPT, por sua vez, ressaltou que é muito importante que a Associação possa colaborar com o diagnóstico que, "sem sombra de dúvidas, poderá contribuir bastante para o aprimoramento do MP brasileiro", disse.

Ao final da reunião, Crocce enfatizou ser de extrema relevância a parceria com a ANPT, que, na sua ótica, presta grande contribuição na defesa dos direitos sociais. "Podem considerar aqui, a Secretaria de Reforma do Judiciário, a casa de vocês. Estamos à disposição para tratar, em profundidade, dos temas de interesse comum", destacou.

Processo eletrônico é tema de reunião com presidente do Conselho Federal da OAB

No dia 17 de julho, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, estiveram reunidos com o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Filgueiras Cavalcante Junior. Durante a reunião, a transição do processo de papel para o processo eletrônico foi um dos temas tratados e os representantes de ambas as categorias ressaltaram sua preocupação com eventuais problemas que podem ocorrer caso essa mudança não ocorra da maneira adequada.

Foto: Ascom/ANPT

Segundo o presidente da ANPT, essa fase de transição deve ser objeto de acompanhamento por parte de todos, uma vez que, "conquanto o processo eletrônico seja uma realidade inegavelmente irreversível, não há como se dar sua implantação de maneira à inviabilizar o acesso à efetiva prestação jurisdicional nem tampouco deixando-se de observar as prerrogativas institucionais dos membros do Ministério Público".

Nesse sentido, o presidente da OAB sugeriu a criação de um grupo de trabalho, composto tanto por representantes do MP e dos advogados quanto por juízes, a fim de se buscar soluções que contemplem da melhor maneira possível esse momento de transição.

PL que regulamenta cooperativas de trabalho é aprovado pelo Congresso Nacional

Foi aprovado, no dia 27 de junho, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei (PL) nº 4.622/2004, que regulamenta a atividade das cooperativas de trabalho. O PL regula as relações de trabalho estabelecidas entre as cooperativas, seus sócios e tomadores (contratantes das cooperativas), nos contratos de prestação de serviços continuada, reconhece os direitos sociais previstos na Constituição Federal e estabelece critérios para que eles sejam observados pelas cooperativas do ramo.

A Associação Nacional dos Procuradores do Tranbalho (ANPT) acompanhou de perto a tramitação do PL e, inclusive, remeteu à presidente da República, Dilma Roussef, à ministra-chefe da Casa Civil da presidência da República, Gleisi Hoffmann, e ao ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Carlos Daudt Brizola Neto, uma série de considerações relevantes sobre o projeto, as quais se pleiteou fossem objeto de uma análise mais aprofundada, quando da apreciação de possíveis vetos (tendo havido pedido expresso, inclusive, para veto de dispositivos), à luz dos argumentos apresentados. As sugestões da ANPT foram parcialmente acatadas.

ANPT debate com ANPR nova sistemática de convênios que trará mais facilidades e benefícios aos seus associados

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente, Daniela Varandas, estiveram reunidos com o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Alexandre Camanho. Na pauta de assuntos discutidos, além de diversos outros temas de interesse em comum entre as entidades, o grupo conversou sobre a questão da ampliação da rede de convênios disponibilizada aos associados de ambas as entidades, tendo os dirigentes da ANPT buscado informações sobre a experiência da ANPR acerca dessa questão.

A ANPT estuda adotar, em breve, nova sistemática de convênios, como forma de trazer mais facilidades e benefícios aos seus associados.

ANPT defende inclusão de emenda na LDO de 2013

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) intensificou, ao longo do mês de julho, o trabalho de articulação visando à inclusão, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2013, de emenda que viesse a garantir os recursos necessários à recomposição do valor dos subsídios e, assim, viabilizar a aprovação dos PLs 7753/2010 e 2198/2011, que tratam da recomposição das perdas inflacionárias do valor dos subsídios do procurador-geral da República e, por conseguinte, dos membros do Ministério Público da União (MPU). Nesse trabalho de articulação, foram realizadas diversas reuniões com consultores de orçamento e com parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, inclusive com o relator do projeto da LDO, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

O parlamentar afirmou que vinha estudando a melhor maneira de garantir tal pleito e informou, inclusive, que esteve reunido com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ayres Britto, com o objetivo de buscar uma solução adequada para o tema.

A emenda, contudo, acabou não sendo apresentada pelo relator do projeto da LDO, o qual, em conversa mantida com a ANPT, ressaltou que não o faria por ter sido informado pelo Poder Executivo, mais especificamente pelo Ministério do Planejamento, de que o governo a vetaria. A partir daí, a diretoria da entidade começou a articular a apresentação de destaque, a ser apreciada quando da votação da proposta na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o que efetivamente ocorreu, com apresentação do destaque tanto na CMO quanto no Plenário, nada obstante na votação não tenha sido ele aprovado, tendo em vista todo o trabalho contrário realizado pela base do governo no Congresso.

A votação da LDO 2013 gerou muitos impasses no Congresso Nacional e, nesse sentido, partidos políticos descontentes com o teor do relatório do senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE), bem como com a resistência do Executivo em liberar emendas orçamentárias aprovadas no ano passado, apresentou resistência à sua aprovação.

Foto: Ascom/Conamp

Senador Antônio Carlos Valadares acompanhado do presidente da ANPT

Ante tais fatos, os integrantes da Frente Associativa do Ministério Público e da magistratura da União (Frentas) estiveram reunidos no dia 17 de julho na sede da ANPT, em Brasília. Na pauta de assuntos discutidos ao longo da reunião estavam os PLs dos subsídios.

O grupo avaliou o trabalho de articulação no Congresso para que os recursos necessários à aprovação dos projetos fossem inseridos na LDO. Durante a reunião, o presidente da ANPT ressaltou que considera a possibilidade de adoção de medidas mais duras, tendo em vista "o grau de tensionamento alcançado no trato da questão, dado o descaso com o qual a matéria vem sendo tratada pela área econômica do governo, que sequer negocia com a nossa categoria, chegando ao ponto de inviabilizar até mesmo medidas preparatórias que se busca assegurar por meio da legislação orçamentária".

Ainda durante o encontro, o grupo discutiu, também, a questão referente à segurança dos membros de ambas as carreiras, o Adicional por Tempo de Serviço (ATS), além de outras medidas que visam à valorização dos membros do Ministério Público e da magistratura, além de terem sido definidos os novos coordenadores e secretários da Frentas, cujos titulares mudam a cada semestre, em sistema de rodízio. Foi escolhido como novo coordenador o presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), Antônio Marcos Dezan, e como secretário-geral o presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Nino Oliveira Toldo.

Frente Associativa do MP e da Magistratura da União reunida na sede da ANPT

Foto: Ascom/ANPT

CONVÊNIOS ANPT

EMPRESA / INSTITUIÇÃO CONVENIADA	O QUE OFERECE?	COMO UTILIZAR?
LOCALIZA RENT A CAR Endereço: Avenida Bernardo Monteiro nº 1563, Funcionários – Belo Horizonte – MG Pessoa de contato: Carolina Lima E-mail: carolina.lima@localiza.com Telefones: 31 3247-7887	Desconto de 10% sobre a tarifa especial de Km livre (T501) para aluguel de veículos.	O associado deverá informar o código do convênio no momento da reserva pela central 24h Localiza (0800 979 2000) e também no pagamento da locação, nas agências Localiza.
COMPRA CERTA Consul/Brastemp	Descontos exclusivos para associados da ANPT.	O associado deverá acessar o *site*: www.compracerta.com.br/corporativo Telefones: 4004-0019 ou 0800 722 0019 Tecle opção 3 e informe seu código: anpt7
LTR EDITORA Endereço: Rua Jaguaribe 571, Santa Cecília, São Paulo – SP | CEP: 01201-904 Pessoa de contato: Nelson E-mail: redator@ltr.com.br Telefone: 11 2167-1121	Desconto de 30%	O associado deverá manter contato com a editora e comprovar que faz parte do quadro associativo.
CHURRASCARIA FOGO DE CHÃO Endereço: SHS Quadra 5 bloco E Brasília - DF - Telefone: 61 3322-4666	Desconto de 10% no almoço e 15% no jantar (apenas para filial Brasília)	O associado deverá fazer reserva pelo telefone 61 3322-4666.
Unibanco Telefone: (61) 3321-6661	Empréstimos pessoas com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá acessar a área restrita do *site* da ANPT e emitir carta de apresentação
POUPEX	Condições especiais de crédito imobiliário para compra de imóvel, novo ou usado, ou construção em lote próprio.	O associado deverá acessar www.poupex.com.br/psp ou ligar 0800 61 3040 para conferir as vantagens.
Pedra da Laguna Lodge & SPA	Desconto de 20% de sobre o preço das diárias normais, entre outros benefícios.	Acesse a área restrita do ***site*** da ANPT
COOMPERJ Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 21 2506-2700
BANCO SANTANDER Telefone: 61 3321-6661	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3321-6661
DYNAMUS	Descontos em diversos eletrodomésticos de diferentes marcas	O associado deverá acessar o ***site*** www.lojamabecorp.com.br/dynamus
Importadora e distribuidora de vinhos Obra Prima	Preços diferenciados para associados da ANPT	Acesse a área restrita do ***site*** da ANPT para mais informações e para conferir a carta de vinhos
GRUPO CAOA (HYUNDAI, SUBARU) Endereço: Av. Ibirapuera, 2400 Moema. São Paulo - SP | CEP: 04028-002	Veículos das marcas HYUNDAI e SUBARU com preços e condições especiais praticados para frotistas	O associado deverá procurar diretamente os consultores: Fernando Ekstein : 11 5643-3632 / 7831-3756; fermando.frostista@caoa.com.br Edilene Santos: 11 5643-3645 / 9166-4522 edilene.frotista@caoa.com.br
HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL	Veículos com preços e descontos praticados para frotistas (6,5%)	O associado deverá procurar uma concessionária HONDA e apresentar a carteira de afiliado da ANPT.
QUALICORP Endereço: Calçada dos Gerânios, nº 9, Barueri – SP | CEP: 06453-14 Pessoa de contato: Nilva Ramos Silvino E-mail: nsilvino@qualicorp.com.br Telefones: 61 3701-2221/7811-0462	Plano de saúde coletivo por adesão com preço especial.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone 61 3701-2200
APMP - Turismo	Vantagens exclusivas em viagens a trabalho ou a lazer. Convênio válido para todo o território nacional.	Entre em contato com a APMP Turismo por meio do sistema interativo que funciona como um correio eletrônico. Acesse a área restrita do *site* da ANPT para mais detalhes.
WAL-MART	Desconto de 5% em mais de sessenta mil produtos do *site*, além de 10% em diversas categorias.	Acesse www.walmart.com.br/anpt ou compre pelo televendas 3003-6000

Para conferir mais detalhes e os outros convênios firmados pela ANPT acesse a área restrita do *site*. O endereço é www.anpt.org.br

ENTREVISTA

"O perfil do advogado, hoje, é muito mais de solucionador do problema do que de estudioso do caso"

Presidente do Conselho Federal da OAB, Ophir Cavalcante, aborda a popularidade dos cursos de Direito no Brasil e explica as mudanças que vêm ocorrendo ao longo da história. Ele explica, ainda, as vantagens da virtualização de processos e a parceria com a ANPT na proteção dos direitos dos trabalhadores. Confira.

Os cursos de Direito no Brasil têm passado por profundos processos de mudança nos últimos tempos. Como avalia o ensino superior nessa área e qual o novo perfil dos profissionais das carreiras jurídicas?

A massificação do ensino jurídico no Brasil proporcionou uma qualidade bastante crítica na formação dos bacharéis em Direito, realidade que tem uma repercussão direta nos resultados dos Exames de Ordem e nos concursos para a magistratura, para o Ministério Público e demais carreiras ligadas ao Direito. Essa massificação no ensino jurídico e a perda de qualidade na educação têm levado à formação de um mercado focado, sobretudo, nos concursos públicos, ao invés de formar pessoas com visão crítica, sociológica e filosófica. Por essa razão, temos um mercado extremamente pragmático, em que se busca especializações. Não que isso seja algum pecado, mas a especialização de hoje é superficial, muito mais voltada para conseguir uma vaga por meio do concurso público. O perfil do advogado, hoje, é muito mais de solucionador do problema do que de estudioso do caso.

Como tem observado o interesse dos bacharéis em Direito pelas carreiras do Ministério Público, da magistratura e da própria advocacia?

O leque de oportunidades do curso de Direito é muito amplo, o que explica também o fato de ser um dos mais procurados. O problema está na qualidade e nos seus reflexos nas carreiras dos operadores de Direito. Devemos buscar a melhoria do ensino jurídico, a fim de que tenhamos melhores quadros nas três principais carreiras no mundo jurídico.

Em relação às entidades de classe representativas de profissionais do Direito, a exemplo da ANPT, como avalia as possibilidades de parceria e de trabalho conjunto com a OAB, visando ao fortalecimento dos pontos convergentes das categorias? Como se daria tal atuação?

Hás alguns temas que podemos trabalhar conjuntamente com a ANPT. A questão do meio ambiente saudável para o trabalhador é um deles. Em que pese vivermos em meio a uma revolução tecnológica, ainda há nos setores industrial e no comércio um desrespeito grande à legislação trabalhista e às normas que dão ao empregado algumas garantias de saúde e medicina do trabalho. Outra temática importante para uma relação mais estreita entre a OAB e a ANPT é o combate à prática do trabalho escravo. Devemos sair em defesa dos princípios que regem a relação de emprego e que queremos ver respeitados, tais como a carteira de trabalho assinada, o respeito ao pagamento dos direitos trabalhistas mínimos e à dignidade no ambiente de trabalho.

Uma questão que tem suscitado debates diz respeito à transição do processo de papel para o eletrônico. Como avalia esse momento, as vantagens do processo eletrônico e quais seriam os principais pontos a merecer maior atenção para que problemas sejam evitados?

O Judiciário brasileiro encara a virtualização dos processos como uma forma de imprimir celeridade e efetividade ao princípio da razoável duração do processo. Entretanto, vivemos em um país em que há problemas sérios de estrutura de telefonia e de circulação de dados. Existem Estados na região Norte, por exemplo, em que sequer há internet em banda larga. Logo, como é possível se falar em um processo virtual pleno, como defende, por exemplo, o Tribunal Superior do Trabalho, se temos essa realidade no Brasil? Não podemos pensar um processo eletrônico a partir da concepção dos que moram em Brasília e trabalham nos Tribunais Superiores sem enxergar as dificuldades que afligem o juiz de primeiro grau, o advogado militante e o próprio cidadão, que, ao final, será o grande prejudicado se houver a implantação do processo eletrônico da forma em que está, sem que se leve em conta todos esses problemas estruturais, além dos diversos sistemas que vêm sendo adotados.

Comitê discute medidas de segurança para prevenir acidentes de trabalho

O presidente da (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou no dia 16 de julho de reunião do Comitê Interinstitucional destinado a estudar medidas de prevenção contra acidentes de trabalho, em âmbito regional, mais precisamente no Distrito Federal e Tocantins. O grupo é composto por representantes de entidades que assinaram o protocolo de cooperação técnica, no dia 18 de maio. O procurador do Trabalho, e conselheiro fiscal da ANPT, Alessandro Santos de Miranda, também participou do encontro, representando a Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região.

Integrantes do Comitê durante reunião em Brasília

Foto: Ascom/ANPT

Durante a reunião, os integrantes do Comitê definiram questões como o seminário que será realizado no mês de agosto, que tem por objetivo debater o assunto e encontrar soluções adequadas que permitam cumprir com os objetivos previstos no protocolo. Durante o evento, cada entidade terá a oportunidade de abordar temas relacionados ao eixo principal do grupo, do ponto de vista de cada instituição.

Entre os objetivos do Comitê Interinstitucional estão o de colaborar para a implementação de políticas públicas permanentes em defesa do meio ambiente, da segurança e da saúde no trabalho, fortalecendo o diálogo social, promover estudos e pesquisas sobre causas e consequências dos acidentes no trabalho no Distrito Federal e em Tocantins, fomentar ações educativas e pedagógicas a fim de sensibilizar a sociedade civil e as instituições públicas e privadas sobre a necessidade de combater os riscos no trabalho, dentre vários outros. Também está entre os objetivos do grupo o de propor alternativas para agilizar e aperfeiçoar as ações indenizatórias por acidente de trabalho no âmbito da Justiça do Trabalho.

24º ENPT: inscrições podem ser feitas até o dia 31

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) realizará, entre os dias 4 e 7 de outubro, em Natal (RN), o 24º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT). As inscrições para o evento já estão abertas e podem ser feitas até o dia 31 de agosto.

24º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho
4 a 7 de outubro - Natal/RN

Os interessados em participar do 24º ENPT devem acessar a área "Espaço do Associado", localizada na lateral superior direita da página eletrônica da ANPT (www.anpt.org.br), ou basta clicar no *banner* do evento, situado na parte central superior do *site*. Nesse local será possível obter mais detalhes sobre o evento, assim como realizar sua inscrição *on line*.

Como há um limite do quantitativo de apartamentos disponíveis (a diretoria bloqueou 200 apartamentos no Hotel Serhs, em Natal/RN, no qual se realizará o ENPT), sugere-se que as inscrições sejam feitas com a maior brevidade possível, a fim de se garantir, desde logo, sua vaga. Em breve, será disponibilizada a programação completa do 24º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho.

ENPT

O evento, promovido pela ANPT anualmente, tem dentre seus objetivos possibilitar um maior entrosamento entre os associados, familiares, convidados e a diretoria da entidade, além de permitir maior troca de experiências entre os membros do Ministério Público do Trabalho, associados da ANPT.

ANPT

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

NOTA PÚBLICA

Recomposição do valor dos subsídios

Os Membros do Ministério Público do Trabalho, por meio da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), vêm a público ressaltar seu inconformismo com a crescente desvalorização das carreiras do Ministério Público e do Poder Judiciário e manifestar sua irresignação com o absurdo desrespeito às normas constitucionais perpetrado pelo Poder Executivo ao longo dos últimos anos.

Ressentem-se os Procuradores do Trabalho da falta de uma política remuneratória racional e efetiva, que garanta a manutenção do poder aquisitivo dos seus vencimentos, tal qual previsto pela Constituição nos artigos 37, X e 95, III, os quais impõem, como é cediço, a revisão anual e a irredutibilidade dos subsídios. É de se destacar que os subsídios dos Membros do Ministério Público não têm sequer reposição inflacionária desde o ano de 2006, o que significa uma perda no poder de compra que já ultrapassa o percentual de 30%.

É de se observar que os projetos de lei que tratam dessa recomposição salarial (que não garantem nem mesmo a integral reposição inflacionária do período), após longa tramitação que se arrasta desde o ano de 2010, não foram sequer apreciados pelo Poder Legislativo, como resultado, ressalte-se, do forte trabalho contrário realizado pela articulação política do Governo Federal.

Exsurge claro o desrespeito à regra constitucional da autonomia financeira e orçamentária do Ministério Público e do Poder Judiciário, em flagrante violação ao princípio da harmonia e da independência entre os Poderes. A regra da irredutibilidade de vencimentos, prevista constitucionalmente como garantia das carreiras do Ministério Público e da Magistratura, também restou vulnerada com tamanha diminuição do valor real dos subsídios. Tais violações geram o enfraquecimento dessas carreiras de Estado, abalam o necessário equilíbrio entre os Poderes e põem em risco a própria defesa do regime democrático no País.

Por todas essas razões, os Membros do Ministério Público do Trabalho reivindicam a cessação desse estado de intolerável descumprimento de normas e princípios constitucionais basilares, inclusive pretendendo a adoção de medidas contundentes para garantir a imperatividade da Constituição da República, muitas vezes relativizada sob pretensos argumentos de cunho econômico, o que se mostra incoerente com os sucessivos e tão propalados recordes de arrecadação amplamente divulgados em toda a mídia.

Com generalizado sentimento de irresignação, os Membros do Ministério Público do Trabalho esperam seja finalmente alcançado o necessário consenso entre os Poderes da República para aprovação de proposição legislativa que garanta a recomposição integral da inflação (36,08%, tomando por base a previsão inflacionária para 2012) e, não sendo isso possível, requerem que o Supremo Tribunal Federal supra a omissão legislativa julgando imediatamente os Mandados de Injunção que tratam da matéria.

CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA
Presidente

DANIELA DE MORAIS DO MONTE VARANDAS
Vice-Presidente